



A Genealogia e a Consagração do Termo Biopolítica. Intercursos entre Esposito, Arendt e Foucault

*Genealogy and the Consecration of the Biopolitics Term.
Interchanges Between Esposito, Arendt and Foucault*

Lara Emanuele da Luz*

Universidade Federal de Santa Catarina
lara.emanuele13@gmail.com

DOI: 10.5281/zenodo.1092726

Recibido: 10/09/2017

Aceptado: 07/11/2017

Resumen: El presente artículo pretende, por un lado, estudiar la genealogía del término biopolítica, pasando por el término *bíos*. Para sostener tal reflexión, se utilizará la primera parte del libro de Roberto Esposito, *Bíos*. El término biopolítica pasa por una mutación, desde su primera utilización, en 1905. Por otro lado, con base en los datos presentados en la primera parte del capítulo, se hará un análisis de la consagración del término hecha por Michel Foucault. En el transcurso del artículo, además de Foucault y Esposito, se hará una conexión con la obra arendtiana

Abstract: The present article intends, on the one hand, to study the genealogy of the term biopolitics, passing through the term *bíos*. To support this reflection, the first part of the book by Roberto Esposito, *Bíos*, will be used. The term biopolitics undergoes a mutation since its first use in 1905. On the other hand, based on the data presented in the first part of the chapter, an analysis of the consecration of the term made by Michel Foucault will be made. In the course of the article, besides Foucault and Esposito, a connection will be made to the Arendtian work.

Palabras clave: Esposito, Foucault, Arendt, Biopolítica.

Keywords: Esposito, Foucault, Arendt, Biopolitics.

* Brasileira. Lara Emanuele da Luz, mestranda na área de ética e filosofia política na Universidade Federal de Santa Catarina, é brasileira, e estuda temas relacionados à biopolítica, com enfoque nos seguintes autores: Hannah Arendt, Giorgio Agamben e Michel Foucault. Atualmente é bolsista do CAPES

1. A genealogia do termo biopolítica segundo Roberto Esposito

Inicialmente trataremos o desenvolvimento e os diversos significados do termo biopolítica, para posteriormente apresentarmos a consagração do termo feita pelo filósofo francês Michel Foucault. Diante dos diversos significados, cada um com as suas peculiaridades, será possível compreender a genealogia do termo, desde seu primeiro uso, até sua consagração. Para além disso, o texto se articulará com algumas reflexões a partir da obra de Hannah Arendt, que enriquecerá este artigo. Para a elaboração deste ponto, a bibliografia principal a ser usada será a do primeiro capítulo do livro de Roberto Esposito, *Bíos: Biopolítica e filosofia*.

A palavra biopolítica designa em si só uma relação ou ligação entre a *bíos*, ou seja, a vida, e a política. O termo biopolítica, que ficou mais conhecido através de Michel Foucault, não é propriamente cunhado por ele, primeiramente. Ele o requalificou e o repropôs, modificando toda a filosofia política da época. Todavia, o termo *bíos*, se visto pelo léxico grego, e principalmente por Aristóteles, sempre é entendido como uma vida qualificada, ou politicamente qualificada, enquanto que a biopolítica tende a apontar para um tipo de vida mais ligado à dimensão da *zôé*, que remete à vida na sua forma biológica mais simples, ou seja, seria aquela vida que não é qualificada politicamente.

Nesta perspectiva, Esposito afirma que a *bíos* emerge sobre a *zoé*.¹ Com tal afirmação, é possível aproximá-lo, sob este aspecto, de Hannah Arendt, que afirma que uma *bíos* com uma história emerge da *dzoé*, ou seja, da vida biológica.² Nestes termos, tal afirmação em Esposito, assim como em Arendt, direciona para uma biopolítica estritamente ligada com a história, nela emerge a *dzoé*, a mera vida biológica. Sendo a *bíos* possuinte de uma história,

¹ Cf. ESPOSITO, R. *Bíos: Biopolítica e filosofia*. Trad. Mra. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 31.

² Cf. ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 71.

que a ultrapassa, a mera *zoé*, que segundo Arendt possui um processo circular de vida, de produção e consumo.

Outro aspecto curioso é que muitos autores partem da distinção aristotélica entre os dois termos, *bíos* e *zoé*. Porém, em Aristóteles, ambos os termos, algumas vezes, designam a mesma coisa em algumas de suas obras. Aristóteles usa *bíos* para designar a vida animal, por vezes, assim como *zoé*. Mas *zoé* nem sempre é vida animal, também pode ser entendida como vida eterna. É uma distinção que não é clara no autor, afirma Edgardo Castro:

Bíos e *zoé*, tem sido utilizados às vezes de maneira intercambiável, isto não significa que não exista entre eles nenhuma diferença semântica. O artigo *bíos* do Liddell-Scott³ começa assinalando, precisamente, que este termo expressa a maneira de viver (*mode of life*) ao contrário do simples direito de viver (*animal life*); apesar de que, como também assinala no Liddell-Scott em seguida, se pode falar de *bíos* em relação com os animais.⁴

Retomando a análise de Esposito, para ele, esta troca terminológica entre ambos os termos que designam a vida, resulta que a biopolítica parece se situar numa zona de dupla indiscernibilidade, pelo fato de que o termo por vezes não convém com a biopolítica, e por outro lado, porque um dos termos que a orienta, a *zoé*, possui uma definição problemática, já que para o autor, parece inconcebível uma vida totalmente natural, sem nada que o atravessa ou modifica.

Outro fator de aparecimento da biopolítica é no momento em que as distinções entre público e privado, por exemplo, desaparecem, e a vida mesma se coloca no centro da política, em meio a indistinção, sendo concebida apenas uma política da vida, e nada mais.

Entretanto, o termo biopolítica consagrado por Foucault possui uma conotação diferente daquele que o cunhou pela primeira vez Rudolph Kjellen. Kjellen simpatiza com a Alemanha guilhermina e com uma política externa agressiva, sustentada em 1905 em seu livro *Stormakterna. Konturerer kring samtidens storpolitik*. Nele ele desenvolve também o termo geopolítica,

³ Cf. LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *Greek-english Lexicon*. 6. ed. Nova Iorque: Oxford, 1869, p. 2 e 3.

⁴ CASTRO, E. *Acerca de la (no) distinción entre bíos y zoé*. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. Florianópolis: UFSC. Vol. 09, nº 02, jul./dez., 51 – 60, 2012, p. 55.

estudado mais tarde por Friedrich Ratzel e Karl Haushofer com uma ideia racista. Porém, em 1916, com o livro *O Estado como Forma de Vida*, Kjellen entende o Estado como uma forma vivente, que possui instintos e impulsos naturais. Afirma Esposito:

Já nesta transformação da ideia de Estado, segundo a qual este não é sujeito de direito nascido de um contrato voluntário mas um conjunto integrado de homens que se comporta como um único indivíduo simultaneamente espiritual e corpóreo, é reconhecível o núcleo originário da semântica biopolítica.⁵

Nestes termos Kjellen denomina a biopolítica com estreita ligação com a biologia, exprimindo a dependência do ser humano com as leis da vida expressas pela sociedade e que promove o próprio Estado. O Estado político, afirma Esposito, seria uma continuação em outro nível do Estado de natureza.

Tal processo de naturalização aparece mais tarde em Jacob von Uexküll, no ano de 1920 em sua obra *Staatsbiologie*. Este aponta para uma aceleração do processo de naturalização da biopolítica, e configura que há um Estado-corpo, baseado na configuração biológica de que tal estado possui órgãos, e estes têm uma relação harmônica. Porém, Esposito afirma que há uma deslocação lexical, pois o Estado afirmado aqui é o Estado alemão. Uexküll fala de parasitas infiltrados no interior do corpo político, ou seja, do Estado, que instalados como um corpo vivo são estranhos no interior do corpo do Estado, e se nutrem da própria vitalidade dele. Esta última afirmação já aponta para um cuidado médico com os pertencentes ao Estado, uma higienização parece estar sendo implantada, assumindo a biopolítica aqui também uma relação com a biologia e a higiene⁶, o cuidado do corpo, como mostra Esposito:

⁵ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 33.

⁶ Interessante é ressaltar a análise feita por Foucault, que também aborda aspectos da higiene e do cuidado do corpo em um de seus textos, mostrando o crescimento dos médicos e a higiene como instância de controle social por meio da medicina, e já identificando o controle da vida por meio da medicina. Afirma ele: “[...] os médicos terão de ensinar aos indivíduos regras fundamentais de higiene que eles deverão respeitar tanto para sua própria saúde quanto para a de outros: higiene de alimentação e habitação, incitação a se fazer cuidar em casos de doença. A medicina como técnica geral de saúde, mais do que como serviço das doenças e arte das curas, ocupa um lugar cada vez mais importante nas estruturas

[...] é preciso formar uma espécie de médicos do Estado, ou conferir competência médica ao próprio Estado, capazes de lhe restituir a saúde removendo as causas do mal e expulsando os germes que os transportam: <<Ainda não há uma cadeia de vistas largas não só para a formação dos médicos do Estado mas também para a instituição de uma medicina do Estado. Não possuímos nenhum órgão a quem poder confiar a higiene do Estado>>⁷

Outro autor que trata da relação entre a política, biologia e medicina⁸ é Morley Roberts, em 1938, com a obra *Biopolitics*. Roberts afirma que o organismo estatal só pode ser reconhecido e orientado a partir da qualificação das doenças potenciais e atuais. Estas doenças além de refletirem a realidade, são a verdade. Além disso, este autor faz uma comparação entre o aparelho defensivo do Estado e o sistema imunitário, estabelecendo uma relação entre o Estado e o corpo humano. Nestes termos, considerar a imunidade é olhar para o corpo humano como um organismo social, afirma Roberts, no qual está exposto a riscos, diante dos quais há a necessidade de intervir, imunizando o corpo em risco.

Uma referência do autor é a expulsão e repulsa imunitária racial. Para ele, uma raça poderia ofender a outra, e o estudo desta poderia trazer benefícios para o Estado. Nestes termos, este estudo de imunização em relação a algumas raças, faz com que uma política, construída em cima de um *bíos*, possa por vezes ser inserida de modo totalmente violento. Essa análise faz Esposito reconhecer que:

administrativas e na maquinaria do poder que não cessa, ao longo do século XVIII, de estender-se e afirmar-se. O médico se instala nas diferentes instâncias de poder. A administração serve de ponto de apoio e por vezes de ponto de partida às grandes investigações médicas sobre a saúde das populações". (FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Revisão Técnica e Organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, v. VII, p. 367 e 368).

⁷ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 35.

⁸ Outra referência de Foucault a isso já é feita na sua análise no texto *A política da saúde no século XVIII*. Já anterior a análise de Uexküll e Roberts, o filósofo francês afirma sobre o século XVIII: "[...] a aparição da saúde e do bem-estar físico da população em geral como um dos objetivos essenciais do poder político". Anterior mesmo a análise dos dois autores acima, que Esposito identifica, Foucault já percebia que o poder político tinha em mãos o controle da vida, e neste aspecto, ligado diretamente à medicina e higiene. (FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*, p. 360).

Por um lado, a biopolítica tem a missão de reconhecer os riscos orgânicos que infestam o corpo político e, por outro, a de identificar, e predispor, os mecanismos de defesa que lhes fazem frente, também eles radicados no mesmo terreno biológico.⁹

Tal visão de Roberts, ligando a política com a biologia e medicina, se mostra de tipo racista, mantendo aspectos do desenvolvimento da biopolítica apontada pelos autores Kjellen e Uexküll. Estes autores partem de pontos muito semelhantes, desenvolvendo de 1905 até 1938 uma ideia de biopolítica muito ligada à questão racial.

Interessante aqui é notar que Arendt, em *Da Violência*, afirma que nada poderia ser mais perigoso no que diz respeito à questões políticas, “[...] a tradição do pensamento orgânico, pela qual o poder e a violência são interpretados em termos biológicos”.¹⁰ Aqui ela faz uma análise que se aproxima muito das mutações do termo biopolítica, relacionando posteriormente esse pensamento orgânico e as metáforas orgânicas no que diz respeito as questões raciais. Essa ideia de que as metáforas orgânicas, como por exemplo, de que a “‘sociedade doente’ onde os sintomas são os tumultos, assim como a febre é um sintoma de infecção – só pode acabar por estimular a violência”.¹¹ Deste modo, ela reconhece que há uma mudança de governo política. Reconhece que a vida se torna elevada, e também o uso das metáforas orgânicas para a implantação da biopolítica, mesmo sem nunca ter usado o termo biopolítica.

Já nos anos sessenta, na França, o interesse por ela volta. Esposito afirma que na França, a nova biopolítica parece reconhecer que é necessário uma reformulação semântica. Assim, esta nova etapa de estudos é concretizada com *La biopolitique. Essai d'interprétation de l'histoire de l'humanité et des civilisations*, na década de sessenta. Nessa etapa de estudos destacam-se alguns autores, entre eles Aaron Starobinski, que pretende com a biopolítica uma explicação da história da civilização através das análises das leis da vida biológica e celular. Assim, a politização da vida possui violência, porque estas

⁹ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 36.

¹⁰ ARENDT, H. *Crises da república*. Trad. José Volkman. Ver. Antenor Celestino de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 146.

¹¹ ARENDT, H. *Crises da república*, p. 146

forças que a guiam são elementares da vida, mas não são forças fatais, apenas violentas.

Para além de Starobinski, Edgar Morin possui a visão de que a ligação entre biologia e política está situada numa união problemática, pois motivos infrapolítico, ou seja, motivos de sobrevivência, estritamente políticos, se unem aos relativos ao sentido da vida, de cunho filosófico. O resultado, afirma Esposito, é de uma ontopolítica, ao invés de biopolítica. Assim, a ontopolítica subtrai o gênero humano, a evolução deste, a sua atual tendência produtivista.

Já em 1960 o *Cahiers de la biopolitique*, dois volumes publicados em Paris pela Organisation au Service de la Vie, identifica que houve uma redução do termo biopolítica ao seu alcance hermenêutico. A biopolítica foi definida como uma ciência das coletividades humanas, da conduta do Estado, que leva em conta o ambiente natural e os dados ontológicos que regem a vida. Porém, tal definição, afirma o filósofo italiano, não comportava nenhum apontamento sobre o objeto específico da biopolítica, nem uma análise de seus efeitos.

Em 1966 houve outro grupo de estudos em busca do desenvolvimento do termo, chamada *Jornadas de Estudo sobre Biopolítica*, que aconteceu em Bordéu, nos dias 1 a 5 de dezembro. Todavia, não houve elaboração conceitual do termo.

Há uma terceira onda de estudos biopolíticos que teve lugar no mundo anglo-saxônico. Em 1973 a International Political Science Association voltou suas atenções e começou a investigar sobre a biologia e a política. Tal estudo teve impulso para começar a ser elaborado com Lynton K. Caldwell em 1964, num artigo intitulado *Biopolitics: Science, Ethics and Public Policy*, sendo o primeiro a adotar o termo, antecipando esta terceira onda de estudos. Outro autor de influência foi James C. Davies com sua obra *Human Nature in Politics*. Nestes termos, a biopolítica passa a adquirir um pendor naturalístico¹². Sendo assim, a biopolítica passa a ter um parâmetro em que a

¹² Esse pendor naturalístico é importante ressaltar no desenvolvimento do termo biopolítica, pois parece haver algo semelhante em Hannah Arendt. Com a elevação do *animal laborans*,

natureza é privilegiada em relação à política, ou a determina, “O que daí emerge [...] é uma relevante deslocação categorial relativamente à linha mestra da filosofia política moderna”¹³

Sob este aspecto, a biopolítica anglo-saxã, ou americana, parte da natureza como constituição da ordem política, sendo que é a natureza que informa a política. Aqui a relação entre *bíos* e política parece mais estreita, de modo que é através da biopolítica que a política americana pode existir. Com a aceitação desta posição, Esposito informa que há duas matrizes diferentes que a sustentam: a do evolucionismo darwiniano, e a etológica, que estuda o comportamento social. Em 1970, através do livro *Biopolitics*, Thomas Thorson alcança a tese de que a biopolítica tem importância no que tange a passagem de um paradigma físico para um biológico, de modo que a política é reconduzida ao âmbito natural da vida.

Diante disso, a biopolítica assume uma ideia mais animal, por serem postas as camadas instintivas de tipo animal na postura agressiva dos homens. Sendo assim, estas estão radicadas em uma camada pré-humana, que vem aos poucos tentando reaflorescer à superfície. Esta característica lembra muito a violência biopolítica dita por Aaron Starobinski, de que tal violência, acreditava-se, não levava à fatalidade.

A partir deste desenvolvimento, há um deslize de um primeiro significado, de uma biopolítica que relaciona a biologia e a política de modo a estudar o comportamento e a colocar a vida como chave política, para este segundo significado, no qual os instintos estão enraizados no ser humano, e tais instintos entram na camada política.

há uma forma de trabalho que este, se mistura com ele. Na nota de rodapé número 25, do texto “Trabalho, obra, ação” traduzido por Adriano Correia há a explicação: “Hannah Arendt cita neste parágrafo HC [*The Human Condition*], p. 136 (Cf. p. 149 da trad. bras.) e suprime: ‘*homo faber* que fabrica e literalmente ‘opera sobre’, distinto do *animal laborans*, que trabalha e ‘se mistura com’. Cf. p. 168 (cf. p. 181 da trad. bras.)”. (ARENDR, H. *Trabalho, Obra, Ação*. Trad. Adriano Correia. Rev. Theresa Calvet de Magalhães. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 7, 2/2005, p. 124-163, p. 199). Há uma dissolução do *animal laborans* em trabalho, como parte de um metabolismo. Fica clara a relação entre biologia e, conseqüentemente, política. Pois é através da biologia do *animal laborans*, espécie na qual todos somos segundo Arendt, por perdermos o espaço público na modernidade e termos nos tornado supérfluos, e da elevação da vida como suprema, que tal relação mostra-se evidente, como será melhor esboçado no terceiro capítulo.

¹³ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 41.

A noção de biopolítica que daí resulta é desta vez suficientemente clara. Nas palavras do teórico mais reputado desta linha interpretativa, trata-se do <<termo comumente usado para descrever a abordagem daqueles cientistas políticos que usam os conceitos biológicos (em especial a teoria evolucionista darwiniana) e as técnicas de investigação biológica para estudar, explicar, prever e às vezes também prescrever o *comportamento político*>>. ¹⁴

Este deslizamento do primeiro significado para o segundo caracteriza um plano do ser ao dever-ser. Deste modo, o comportamento político passa a estar ligado à dimensão da *bíos*, e a *bíos* liga o homem à esfera da natureza, conclui-se que a única política possível seria aquela já inscrita no código natural. Diante disto, é a realidade que passa a ditar a teoria, assim a política fica presa na biologia, fazendo com que a história humana não passasse da repetição da natureza humana. E continua a afirmar Esposito, que o papel da ciência era o de impedir o afastamento entre natureza e história. Tal característica é bastante parecida com Hannah Arendt, que afirma que o objeto da ciência, na era moderna, passa a ser a história, e que sendo assim, a natureza passa a ser concebida como um processo. Tanto a natureza como a história estão estritamente ligadas, de modo que o *animal laborans*, possui uma história circular, que é característico da natureza de seu processo biológico, produzindo e consumindo num devir constante, conforme afirma a politóloga: “Se relacionam reciprocamente: o processo da vida – o processo do trabalho – o processo da história: processo de circulação”. ¹⁵

2. A consagração do termo biopolítica por Foucault

Michel Foucault foi o filósofo francês que consagrou o termo biopolítica na década de setenta. Apesar de consagrá-lo, este não estudou as diversas interpretações do termo antes de ele a definir do modo que a definiu. Segundo Esposito, tal significado do termo em Foucault nasce justamente da distância que este assumiu em relação aos outros significados da palavra.

Por detrás da palavra biopolítica, está a forte influência da genealogia nietzschiana, que “[...] substituía à procura das origens, ou às prefigurações

¹⁴ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 43.

¹⁵ ARENDT, H. *Diário filosófico: 1950 – 1973*. Editado por Ursula Ludz e Ingeborg Nordmann. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2006, Cuaderno XXI, Noviembre de 1955, nota [72].

do fim, um campo de forças emanado do suceder dos acontecimentos e do encontro dos corpos”.¹⁶ Para além da genealogia nietzschiana, a influência darwiniana era ponto marcante em Foucault, “[...] em ter reconhecido também na vida os sinais, os desvios e os acasos da história”,¹⁷ sendo tal influência importante a ponto de a história e a vida se unirem.

Mas antes de adentrarmos na nova ideia política do século XVII proposta por Foucault, é interessante saber como funcionava a política e a relação soberana. Esta se dava entre súdito e soberano, de modo que a ideia que se tinha era de que quanto mais direitos dados aos súditos, menos poderes teria o soberano¹⁸.

É através da mudança do quadro categorial que Foucault trabalha. Para ele, a biopolítica era uma nova forma de saber. Diante da visão de Edgardo Castro:

Entende-se por "biopolítica" a maneira em que, a partir do século XVIII, procurou racionalizar os problemas práticos de governo pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, nascimento, longevidade, raça (DE3, 818)¹⁹. Esta nova forma de poder se ocupará então do seguinte: 1) a proporção de nascimentos, mortes, as taxas de reprodução, a fertilidade da população; em uma palavra, demografia. 2) doenças endêmicas: a natureza, extensão, duração, a intensidade de doenças na população em vigor; da higiene pública. 3) velhice, doenças que deixam o indivíduo fora da mercado de trabalho; também, então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. 4) as relações com o meio geográfico, o clima; urbanismo e a ecologia.²⁰

Diante desta prévia apresentação da noção foucaultiana, aquilo que possuía dois pólos, como por exemplo, norma e exceção, agora assumem uma unidade no mesmo regime. A terminologia foucaultiana de biopolítica e

¹⁶ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 51.

¹⁷ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 51.

¹⁸ Aspecto bastante particular em Agamben, que, segundo ele, a biopolítica existe desde o início da tradição do pensamento político ocidental, por haver desde sempre a relação entre súdito e soberano, já que “São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 122).

¹⁹ Referência à obra *Ditos e escritos: Estratégia, poder-saber*.

²⁰ CASTRO, E. *El vocabulario de Michel Foucault: Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2004, p. 61 e 62.

biopoder²¹ é usada apenas entre os anos de 1974 a 1979, apenas durante 5 anos²². Aspecto que é curioso, mas não possui um motivo específico para isso. Esta nova forma de política que surge, segundo Foucault, a partir do século XVII, identifica o surgimento da biopolítica. O filósofo estabelece uma noção deste conceito na obra *História da sexualidade I*, dizendo:

[...] deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...] o homem moderno é um animal em cuja política sua vida como ser vivo, está em questão.²³

²¹ Alguns esclarecimentos breves sobre biopolítica e biopoder. Para Foucault, a biopolítica tinha como objeto o homem-corpo, sendo que o objeto da biopolítica é a população. (Cf. LAZZARATO, M. *Para uma definição do conceito de “bio-política”*. In: CMI Brasil – Centro de Mídia Independente. Disponível em: Acesso em: 8 mar. 2017). Nestes termos, “A noção de biopolítica a partir de uma matriz foucaultiana remete a uma mudança de regime, do de soberania passa-se a ao biopoder”. (ASSMANN, S. et. al. *Corpo e biopolítica: Poder sobre a vida e poder da vida*. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/119.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017, p. 1-09, p. 02). O artigo segue apresentando o conceito de biopolítica em Foucault: “[...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer [...]” (FOUCAULT, M. *Aula de 17 de março de 1976*. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 287). Afirma André Duarte sobre o biopoder: “O efeito específico do biopoder já não era somente o de produzir o indivíduo dócil e útil, mas a gestão normalizada da vida da população enquanto corpo social a partir de políticas estatais”. (DUARTE, A. *Biopolítica e Soberania em Foucault: uma resposta às críticas de Agamben e Esposito*. In: Guilherme Castelo Branco; Helton Adverse (Org.). *Clássicos e Contemporâneos em Filosofia Política*. Rio de Janeiro: Relicário, 2015, v. I, p. 113-126, p. 114). Nesta perspectiva, a biopolítica modifica a forma tradicional de poder: “Foucault então já sabia que as práticas biopolíticas de gestão da vida da população implicavam importantes transformações no exercício do poder estatal, alterando substancialmente o *modus operandi* da velha soberania clássica”. (DUARTE, *Biopolítica e Soberania em Foucault: uma resposta às críticas de Agamben e Esposito*, p. 114).

²² A primeira vez que Foucault utilizou o termo biopolítica foi em 1974, em uma conferência ministrada na UFRJ, intitulada: “O nascimento da medicina social”. Afirma Castor Bartolomé Ruiz: “Posteriormente ampliou suas pesquisas sobre biopolítica no último capítulo da obra *História da sexualidade I*. A vontade de saber, de 1976, intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”. Ainda desenvolveu mais sistematicamente sua perspectiva da biopolítica nos três cursos que ministrou no Collège de France, entre os anos 1975-1979: Em defesa da sociedade (1975-1976); Segurança, território e população (1976-1977); Nascimento da biopolítica (1977-1978)”. (RUIZ, C. B. *Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4308&secao=386>. Acesso em: 13 abr 2017).

²³ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 134.

Sob este aspecto, a vida é o ponto fulcral deste novo tipo de governo, trazendo uma transformação a toda a filosofia política desenvolvida até a década de 70. Assim a *bíos* é o objeto e o sujeito da nova política que se forma. Deste modo, a aparição da *bíos* em 1975 e 1976 em *Em Defesa da Sociedade*, segundo Foucault, remonta a um aspecto assistencial, de uma tomada de poder sobre o ser humano como um ser vivo, pertencente a uma espécie de estatização biológica. Já o primeiro uso em 1974, dito em uma conferência no Rio de Janeiro, afirma que o corpo é uma realidade biopolítica, e é o que importa a uma sociedade capitalista, de modo que a estratégia de tal sociedade é a medicina, uma estratégia propriamente biopolítica, afirma Esposito.

Já em *A Vontade de Saber* a vida é tratada e mais voltada para o controle através de um poder disciplinar na vida de cada indivíduo. Porém, é em *Os anormais* que a desconstrução do paradigma da soberania atinge seu ápice, pois o saber médico passa a ocupar a área antes ocupada pelo direito, e determina uma mudança no regime:

[...] baseada já não na abstracção das relações jurídicas mas sim no facto de que se toma conta da vida no próprio corpo daqueles que são portadores dela. No momento em que o acto criminoso já não é atribuível à vontade responsável do sujeito mas à sua configuração psicopatológica, penetra-se numa zona de indistinção entre direito e medicina ao fundo da qual se perfila uma nova racionalidade centrada sobre a questão da vida: da sua conservação do seu desenvolvimento, da sua gestão.²⁴

Foucault afirma que a modernidade é o lugar aonde há a passagem da direção da vida. A relação entre vida e política se desloca de forma indireta primeiramente, e posteriormente, a partir de uma determinada fase não dita por Esposito, a vida irrompe os dispositivos do governo dos seres humanos.

Sob este aspecto, a biopolítica foucaultiana, a partir do século XVII, começa a se caracterizar primeiro quando volta suas atenções para o corpo como máquina, adestrando o corpo e a docilidade, assegurando sua eficiência através de procedimentos de poder caracterizados como disciplinas anatómicas do corpo:

²⁴ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 49.

[...] Métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade e utilidade [...] as disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo [...] entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.²⁵

O segundo aspecto, que passa a se formar por volta do século XVIII, é centrado no corpo-espécie, no corpo visto como suporte dos processos biológicos naturais. Sendo assim:

A proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma bio-política da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder da vida.²⁶

Deste modo, devido a influência genealógica, o *bíos* de Foucault, afirma Esposito, configura-se também através de uma semântica histórica, e ainda afirma que a vida é o que há de mais tocado pela história. Sendo assim, se a vida e a história se unem, o filósofo italiano afirma que a natureza humana é um problema, pois não pode ser definível, sendo uma coisa que não existe, devido ao constante devir que a história tem e transpassa a vida humana. Sob este aspecto, a vida para Foucault possui uma definição diversa daquela dada pela biologia, sendo que pra ele a noção de vida é, além de um conceito científico, um indicador epistemológico, que produz efeitos sobre as discussões de tipo científicas, mas não sobre seu objeto, ou seja, a própria vida. A vida é sempre qualificada historicamente, implica uma passagem da

²⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 127 e 128.

²⁶ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, p. 131.

história para a vida, que até as interpretações anteriores teria sido excluídas, afirma Esposito: “História e natureza, vida e política, entrelaçam-se, solicitam-se, violentam-se segundo um ritmo que faz duma ao mesmo tempo matriz e resultado provisório da outra”.²⁷

Nestes termos, a biopolítica remete para o modo que a política esteve aprisionada pela vida, assim como também para o modo como a vida é penetrada e desafiada pela política. A história se une com a vida, e a política transpassa por ela:

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “bio-política” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.²⁸

Porém, a vida se inscreve na margem que vai até a natureza e até a história, na tensão entre ambas, por isso não pode ser ontologizada e nem historicizada, afirma Esposito, conforme Foucault. Nestes termos, o significado da biopolítica deve ser procurado, afirma o filósofo francês, na dupla posição que posiciona a vida no exterior da história, e também no interior da historicidade humana, transpassada pelas suas técnicas de saber e poder.

Por fim, Esposito pergunta-se qual o efeito da biopolítica, e chega numa bifurcação entre duas noções que estão implicadas nos conceitos de *bíos*, a subjetivização e a morte. Sob este aspecto, ou a politização da vida produz a subjetividade, ou a morte. Ou seja, ou torna sujeito o seu objeto, a própria vida, isto quer dizer, ou é política da vida, ou a objetiviza, a faz uma política sobre a vida²⁹. Com tal conclusão, a categoria biopolítica volta a ser um

²⁷ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 53.

²⁸ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, p. 134.

²⁹ É interessante ressaltar a diferença entre política da vida, e política para a vida, feita por Castor Bartolomé Ruiz: “Política da vida, política que objetiva e administra a vida humana como recurso funcional para a eficiência institucional, tornando a vida um meio e a política, entendida com gestão, um fim. Política para a vida, que faz da vida humana uma alteridade irreduzível em cada sujeito e um critério ético da política. Nessa perspectiva a vida se transforma numa bandeira reivindicativa por excelência, tornando-a um fim em si mesmo, e a política, o meio para conseguir seu pleno desenvolvimento”. (RUIZ, C. B. *Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica*).

enigma, sem revelar verdadeiramente seu conteúdo, mas apenas ambiguidade de seu conceito.

Sobre esta dificuldade com o conceito de biopolítica, o próprio Foucault não consegue fugir, justamente por ela estar sempre nesta tensão, sendo que numa extremidade há a produção de uma subjetividade, que caracteriza a vida, e por outro lado há a sua total destruição, a morte. É sempre uma biopolítica em tensão com a tanatopolítica.

Para uma tentativa de definição do termo, Esposito, analisando Foucault, começa apresentando o que a ela não é. Sob este aspecto, ela não é soberania, afirma ele. O que faz a soberania não ser biopolítica possui dois aspectos, e este parte da famosa fórmula de Foucault, que diz que o velho direito de fazer morrer ou deixar viver, insígnia do soberano, muda com a politização da vida para o, deixar viver e fazer morrer. Um dos aspectos diz respeito que, a morte só atinge um patamar de destaque quando esta transmite um feixe de luz emitido pela vida, o outro aspecto, afirma o filósofo italiano, seria:

[...] enquanto no regime soberano a vida não passa de resíduo, o resto, deixado estar, poupado ao direito de dar a morte, no biopolítico é a vida que acampa no centro de um cenário de que a morte é apenas o limite exterior ou necessário ao contorno.³⁰

Para referir-se a biopolítica e captar seu conjunto semântico, Esposito propõe que o novo regime de poder, para falar dele, é preciso referir-se às três categorias foucaultianas, sendo a primeira a subjetivização, a segunda a imanentização e a terceira a produção, que são características de tal poder. Os três são ligados entre si e caminham para uma direção, envolvendo a biopolítica.

A subjetivização, Foucault define como o poder pastoril, que tem como referência o modelo judaico-cristão e sua relação entre pastor e rebanho. A relação entre eles se dá de modo que as ovelhas obedecem sem hesitar o pastor, e este é obrigado a cuidar e zelar a vida daquelas ovelhas. O que caracteriza mais ainda é o modo como o resultado é alcançado, sendo que é ao mesmo tempo um poder que o pastor tem sobre cada um individualmente

³⁰ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 58.

enquanto que, ao mesmo tempo, sobre todo o rebanho. Diante de tal processo ainda é possível identificar a prática da confissão, que seria o modo pelo qual se produz a subjetivização da vida do homem, que curiosamente, continua a ser objeto do poder. Logo, o objeto do poder é subjetivado.

Confessando-se – e assim se remetendo à autoridade de quem ouve e julga a sua verdade – o objecto do poder pastoril faz-se sujeito da sua objectivização ou é objectivado na constituição da sua subjectividade. O meio deste efeito cruzado é a construção da individualidade.³¹

Uma característica essencial desta nova forma de poder é que ela transforma os indivíduos em sujeitos. Nesta perspectiva, os pastores que conduzem o rebanho levam a um movimento de subjetivização do objeto, sendo que o governo se aproveita de tal subjetivização e determina um deslocamento do poder que antes era exterior para o interior, “[...] dentro das fronteiras daquilo sobre que se exerce”.³² Deste modo, é possível observar uma deslocação do poder pastoril, que refreava até aniquilar, para o poder governamental, que aumenta, estimula o sujeito, voltando sua atenção mais para a saúde e higienização.

Nestes termos, há uma outra mudança de foco que ocorre na análise da genealogia da política, e esta, para se manifestar inteiramente, afirma Esposito, falta uma última etapa que é representada pela ciência da polícia. Esta é uma modalidade produtiva que governa em todos os setores da vida individual e coletiva, e não propriamente é como a conhecemos hoje, uma técnica interna do Estado. A polícia deve produzir bens, antes de evitar os males que ocorrem num Estado. Aqui é possível identificar uma reconversão entendida como positiva, em que o direito antigo soberano de morte atinge seu ápice:

O termo *Politik* continua a ter um significado negativo, o da defesa dos inimigos exteriores e interiores, mas a semântica de *Polizei* é eminentemente positiva. É ordenada para favorecer a vida em toda a sua espessura, ao longo de toda a sua extensão, através de todas as suas articulações.³³

³¹ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 60.

³² ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 60.

³³ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 61.

Este é um lado do caráter afirmativo que Foucault parece identificar à biopolítica, contrastando com a atitude de imposição que o poder soberano possui, por limitar e violentar a vida, enquanto que a política expande-a em uma proporção tamanha, que marca seu próprio desenvolvimento.

Como conclusão desta análise, o filósofo italiano afirma que o poder e a vida são duas faces que se complementam e são contrapostas. Assim, o poder potencia sobre seu objeto, que é a vida, para potenciar a si próprio. O poder, além do mais, deve produzir as condições de liberdade dos sujeitos, porém, por outro lado, Foucault afirma que se o poder torna os seres humanos livres, também se pode ser livre contra o poder, e é aí que surge a resistência, sendo a própria vida o lugar em que é sujeito e objeto, ao mesmo tempo, da resistência.

A política da vida torna sujeito seu objeto, sendo a vida uma tensão entre poder e resistência. E a política sobre a vida o objetiviza definitivamente, tornando-os meros meios para um fim. Aqui o enigma da biopolítica volta, de modo que a biopolítica sempre está ameaçada a tornar-se tanatopolítica, em que o *bíos* é usado contra a política, em que as pessoas, como no caso nazista, perdem sua vida com um discurso de que, a morte de uma pessoa conserva a vida de muitas.

Foucault, em *Em Defesa da Sociedade*, aponta para uma transição do nexos que liga soberania e biopolítica, mostrando um deslize semântico entre o verbo *substituir* e o verbo *completar*. Uma transformação do direito político do século XIX, afirma o filósofo francês, teria consistido não em substituir, mas em completar o velho direito da soberania, por um direito diferente. Este outro direito continuará a atravessar e modificar o primeiro, e jamais o cancelará. É como se este novo direito reconduzisse o primeiro, agindo em co-presença com ele, sem haver oposição entre os dois tipos de poder:

Aquilo para que Foucault parece remeter é, antes, uma co-presença de vectores contrários e sobrepostos num limiar de indistinção originária que faz de um, ao mesmo tempo, fundo e excrescência, verdade e excesso do outro. É esta encruzilhada antinómica, este nó aporético, que não permite interpretar a implicação entre soberania e biopolítica de forma unilinear. [...] Como o modelo soberano incorpora em si o antigo poder pastoril [...] assim o da biopolítica traz dentro de si a lâmina cortante de um poder soberano que ao mesmo tempo o trespassa e ultrapassa.³⁴

A vida teria se tornado uma fronteira entre estes dois poderes, o soberano e a biopolítica. Este é o ponto de máxima tensão do discurso foucaultiano, afirma Esposito, esta tensão entre soberania e biopolítica.

Sob este aspecto, Esposito afirma que Foucault continua a seguir as duas hipóteses, a do poder sobre a vida e a do poder da vida³⁵, sem cortar o nó que as liga, sem conseguir levar até o fim o nexa que ele mesmo formula entre política e vida.

Para o filósofo italiano, o grande problema de Foucault é de que os dois termos, política e vida, estão sendo pensados originariamente como distintos, e só posteriormente é que eles se ligam entre si, de maneira extrínseca. E, justamente por isso, eles permanecem indefinidos, até mesmo porque o autor nunca teria pensado suficientemente o conceito de política, afirma Esposito. Por outro lado, a vida teria sido bastante estudada, mas a seu ver, Foucault falhou por ter problematizado pouco o estatuto epistemológico desta.

O interessante em toda essa análise é que sempre há, desde o início, uma ligação entre biologia e política, que aos poucos vai se modificando conforme a análise destes autores estudados acima. Portanto, biopolítica é a administração da vida, desde um indivíduo até uma população.

³⁴ ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*, p. 66.

³⁵ Interessante aqui é ressaltar o que Esposito pensa sobre o poder da vida. Para Esposito, o conceito de potência é visto como poder da vida. Assmann et. al. parafraseiam Esposito: "[...] seria possível uma política não mais *sobre*, mas *da* vida? Como ela se configuraria? A resposta de Esposito diz que deve ser realizado um esforço filosófico que contribua para uma nova elaboração conceitual que ao invés de subsumir a vida pela política, incida na política a potência da vida". (ASSMANN, S. et. al. *Corpo e biopolítica: Poder sobre a vida e poder da vida*, p. 04). Por outro lado, no mesmo artigo, o poder sobre a vida: "[...] se instala por meio da instituição de diversos dispositivos de caráter sexual, pedagógico, clínico e penal, permitindo a capilarização das possibilidades de intervenção do Estado sobre a vida da população". (ASSMANN et. al., *Corpo e biopolítica: Poder sobre a vida e poder da vida*, p. 02).

Bibliografia

AGAMBEN, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARENDT, H. *Crises da república*. Trad. José Volkmann. Ver. Antenor Celestino de Souza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972,

ARENDT, H. *Diário filosófico: 1950 – 1973*. Editado por Ursula Ludz e Ingeborg Nordmann. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2006.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARENDT, H. *Trabalho, Obra, Ação*. Trad. Adriano Correia. Rev. Theresa Calvet de Magalhães. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 7, 2/2005,

ASSMANN, S. et. al. *Corpo e biopolítica: Poder sobre a vida e poder da vida*. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/119.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017, p. 1-09.

CASTRO, E. *Acerca de la (no) distinción entre bios y zoé*. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. Florianópolis: UFSC. Vol. 09, nº 02, jul./dez., 51 – 60, 2012.

CASTRO, E. *El vocabulario de Michel Foucault: Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2004.

DUARTE, A. *Biopolítica e Soberania em Foucault: uma resposta às críticas de Agamben e Esposito*. In: Guilherme Castelo Branco; Helton Adverse (Org.). *Clássicos e Contemporâneos em Filosofia Política*. Rio de Janeiro: Relicário, 2015, v. I.

ESPOSITO, R. *Bios: Biopolítica e filosofia*. Trad. Mra. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, M. *Aula de 17 de março de 1976*. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Revisão Técnica e Organização Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, v. VII.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAZZARATO, M. *Para uma definição do conceito de “bio-política”*. In: CMI Brasil – Centro de Mídia Independente. Disponível em: Acesso em: 8 mar. 2017.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *Greek-english Lexicon*. 6. ed. Nova Iorque: Oxford, 1869.

RUIZ, C. B. *Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4308&secao=386>. Acesso em: 13 abr 2017.